

Uma breve conjuntura da luta sindical pela saúde

por *Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos*

[Texto publicado no Boletim Informativo do
Fórum Intersindical nº 49, de setembro de 2019.
Disponível no [link](#)]

O alvorecer do direito no trabalho, ainda no final do século XVIII, consolidando-se no decorrer do século XIX, teve como mote e marca inaugural a questão da saúde do trabalhador (ST). Capitalistas industriais da primeira leva e lordes ingleses sabiam, desde então, que a questão da saúde no trabalho era a essência da reprodução do capital e, claro, de sua sobrevivência. Tomaram a questão em suas mãos, saíram na frente numa era ainda pré-sindical (até 1825) e inventaram a medicina do trabalho (1833) para manter o controle da crucial questão.

O tempo andou, sindicatos surgiram (só depois da tentativa de destruição de máquinas pelo ludismo - 1811/1814) e a Revolução Industrial moldou o capitalismo, em sua relação com a saúde, à feição dos capitalistas, dos lordes (e suas similaridades) e da Igreja (vide Leão XIII com a Rerum Novarum - 1891).

Marx tangenciou a questão da saúde sem aprofundá-la. O monopólio da compreensão sobre o significado da saúde do trabalhador para a sobrevivência do capital industrial, nos moldes da época (predatório / produtivo a qualquer custo) e que se mantém *hasta ahora*, continuou nas mãos dos capitalistas, lordes *et al* e Igreja (sindicalismo amarelo). Corporações técnicas, principalmente da medicina e da engenharia, legitimaram “cientificamente” o monopólio da compreensão e da solução dos “problemas” da relação saúde-trabalho. O tempo continuou andando e, afora, movimentos espasmódicos, aleatórios e erráticos dos trabalhadores, manteve-se e mantém-se uma lógica, leia-se, uma cultura de saúde do trabalhador garantidora do capital e sua lógica.

Hoje podemos dizer que, somente quase dois séculos depois das inaugurações legislativas inglesas, os operários italianos, com seu modelo de saúde nas fábricas e saúde não se vende (1960-1970), foram os que mais se aproximaram de uma reflexão sobre a saúde do trabalhador que confrontasse o monopólio da produção de conhecimentos sobre a saúde do trabalhador pelo capital.

No Brasil, com o auxílio da Medicina Social Latinoamericana, forjou-se uma contrahegemonia àquela cultura original, que culminou com a inscrição da ST na CF/88. Mais uma vez, tirante algumas iniciativas do movimento sindical brasileiro dos anos '80 de criar/encaminhar uma contracultura de ST, trabalhadores mortos, enfermos, acidentados, mutilados, expropriados de sua saúde e dignidade continuaram a ser envolvidos, submetidos e subordinados a uma ciência capitalista de

ST. Essa ciência capitalista de produção de conhecimentos sobre a ST foi incorporada à academia e à formação maciça de técnicos outorgados pelo capital para reproduzi-la. E, uma constatação adicional para pior: as universidades públicas reproduziram esse conhecimento carimbado pelo capital para formarem seus sujeitos-objeto (alunos-profissionais-professores).

Outra constatação, também para pior: ao se inscrever na CF/88 a ST no campo da saúde pública, não houve resposta desse campo (da saúde pública) a essa convocação. Os grandes inimigos de uma contracultura da ST estão na própria institucionalidade de seus aparelhos, tanto o formador quanto, principalmente, o executor. Isso sem falar no plano de formulação das políticas que, se foi desfavorável no ciclo petista, agora se vislumbra destroçador.

À exceção de (poucos) setores, no âmbito da academia, cuja especificidade é a de ST, as áreas da saúde pública, principalmente as da epidemiologia e a do planejamento, reiteradamente não consideram o trabalho como categoria central da produção de conhecimentos e compreensão das relações sociais que envolvem as dinâmicas entre Estado-sociedade nas suas faces de produção, desenvolvimento, sustentabilidade e subjetividade das massas na relação capital-produção de renda. E, ainda mais, hoje, com a transformação acelerada do mundo do trabalho, cuja capacidade de absorção de mão de obra se vincula à desregulamentação sobre a ST, ainda que essa seja oriunda de uma ciência capitalista, o cenário que se projeta é sombrio. É nesse contexto que a conjuntura exige um posicionamento inovador.

Algumas perguntas:

1 – Se o sindicalismo brasileiro não assumiu, por omissão histórica (com as exceções de sempre), a luta pela saúde no trabalho, como chamá-lo agora a um novo posicionamento? Se antes, numa conjuntura dos últimos governos levemente à esquerda, ao menos em termos de políticas sociais, a ST quedou à míngua, o que fazer agora?

2 – Se o sindicalismo brasileiro recebeu um golpe mortal em sua organização e sobrevivência financeira, como incluir a ST na Unidade de Terapia Intensiva em que se encontra, respirando por aparelhos? Se a ST nunca foi utilizada no receituário sindical antes da piora do quadro, como confiar nela agora?

3 – Se o sindicalismo brasileiro jamais se associou às pautas de luta e resistência dos movimentos sociais que hoje ainda tem um fôlego maior para seguir resistindo, como fazê-lo agora? Os movimentos sociais, em situação de desconforto total com o atual governo, pelo menos, não estão na UTI. Chegam caminhando à emergência e esperam de pé. Mulheres violentadas, mulheres negras, índios, sem-terra, sem-teto, LGBT, desalojados por empreendimentos, atingidos por acidentes ampliados (barragem, mineração etc...), religiosos afro, deficientes, doentes crônicos, refugiados, movimentos culturais da periferia etc... etc.... de algum modo ainda tem suas bandeiras de luta preservadas, até porque a questão do direito humano hoje é mais ameaçada do que no início de suas lutas...

4 – Se o sindicalismo brasileiro que hoje tem um exército de desempregados que lhes foram afiliados compulsoriamente pelo imposto sindical, nunca fizeram nada por eles ao se desfiliarem, como fazer agora para trazê-los para perto e encorpar a luta?

5 – Se o sindicalismo brasileiro priorizou a luta pela monetarização do risco, ao invés da luta pela saúde, o que fazer agora, sem o adicional de insalubridade e sem saúde? Ao se render à monetarização do risco, o sindicalismo brasileiro abdicou do discurso de defesa da saúde.

6 – Se a academia produziu nos últimos 46 anos, desde o primeiro curso oficial de Medicina do Trabalho (Fundacentro), hordas e mais hordas de porta-vozes da ciência de ST determinada pelo capital, como reverter ideologicamente as centenas de milhares (não devidamente contabilizados de médicos, enfermeiros, engenheiros e técnicos de segurança) de profissionais subservientes à ordem do adoecimento e morte oficialmente consentida no trabalho?

7 – Se a academia, nas suas inúmeras áreas de conhecimento afins ao mundo do trabalho na sua relação com a saúde, aliás, todas, mas com algumas mais próximas (medicina, engenharia, enfermagem, psicologia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, fisioterapia, geografia, ciências agrárias, toxicologia, serviço social e, entre outras, principalmente, saúde coletiva) transmite o conhecimento advindo da ciência subalterna ao capitalismo originado no início do século XIX, o que fazer?

8 – Se o SUS, que trouxe para si a nova ordem de uma ST constitucional, não tem na gestão de seus aparelhos e, grave e principalmente, na vigilância da saúde, a defesa da ST como palavra de ordem de seus 5.600 gestores municipais, qual conjuntura, por mais favorável que seja, é capaz de reverter o que, há décadas, é a maior calamidade de saúde pública do Brasil?

9 – Se o SUS tem como conquista maior da democracia participativa na sua condução o controle social e na composição dos conselhos de saúde, em todo o Brasil, tem a participação majoritária de segmentos religiosos (principalmente evangélicos) e minoritariamente de sindicatos e trabalhadores organizados, como fazer para discutir ST, onde a pauta não é essa? Se nem os sindicatos, nem a academia, nem o aparelho de estado (do SUS), nem os poderes montesquianos e nem mesmo a população enxerga a tragédia do adoecimento e morte no trabalho, o que fazer?

**Para NÃO responder a essas perguntas que poderiam ser muitas mais,
só há uma tomada de posição na atual conjuntura:**

reinventar uma saúde do trabalhador com (o que sobrar d)os trabalhadores.

Articular novos espaços de construção de conhecimentos e luta fazendo a crítica do que foi feito e estabelecendo novas estratégias do que ainda não foi feito.

O movimento sindical, além de estar exangue, não confia na academia.

Então, o primeiro passo é a academia fazer-se confiável aos trabalhadores.

Muitos dos serviços de saúde não dão respostas, ainda que tenham como missão a ST, caso da Renast (a Rede Nacional de ST do SUS). Não se pode contar plenamente

com seus 215 Cerest - Centros de Referência de ST - espalhados pelo país, com um aporte (ainda) mantido de R\$ 77 milhões (aproximados) anuais, desde 2002. Some-se. A visão estreita de há décadas de muitos dos auditores fiscais do Ministério do Trabalho (que nem existe mais) sobre a atuação do SUS na ST, tentando, a todo custo, impedi-la é fator de confusão paralisante. A postura, de certo modo perversa e pervertida, de grande parte dos peritos médicos do INSS que contribuem com o sofrimento dos trabalhadores pelo trabalho e lhes negam “um gesto de caridade” de reconhecimento denexo causal e/ou de lhes conferirem um tratamento cordial, contribui para o desalento. A postura dos Conselhos de “Ética” - Medicina, Engenharia e Advogados (CRM, CREA, OAB), onde muitas vezes são protegidos os profissionais que contribuem para manter condições de trabalho tantas vezes assassinas é outro fator de desalento.

O descaso da Vigilância Sanitária do SUS que encruou em sua prática a ideia de que a ST “não é de sua conta”, mesmo com a miríade de normativas, inclusive constitucionais, é um fator essencial de paralisia da saúde do trabalhador no SUS.

O Fórum Intersindical de Saúde-Trabalho-Direito, criado há 4 anos, abrigado na ENSP/Fiocruz, no seu Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural, é um espaço de resistência que tem consciência de sua incapacidade de mudar qualquer ordem secularmente estabelecida, mas também sabe que existe para fazer críticas, como essas acima, perguntas e propostas de mudança.

Como uma gota d’água no oceano são realizados encontros periódicos e permanentes, cursos de formação para trabalhadores, sindicalistas, profissionais de serviço e estudantes, publicação de materiais diários de debate sobre ST e matérias afins e outras produções.

Como se trata, principalmente, de uma trincheira de resistência, ainda que não sirva a todos os propósitos almejados, serve para dizer que nem tudo está totalmente dominado.



Nota: Texto solicitado pela Professora Annamaria Tambellini sobre a conjuntura do movimento sindical no governo Jair Bolsonaro. 28/07/2019.

OBS. O texto escrito há quase seis anos contempla o debate que se avizinha com a 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora como Direito Humano.